



Caderno de Encargos

Hasta pública para alienação de património móvel da Freguesia

Artigo 1º

Objeto do procedimento e prazo

1 – O presente procedimento tem por objeto a alienação de património móvel da Freguesia.

2 – Os bens em causa são os seguintes:

Baloço com Escorrega "Jungle Peak - Toscca"; Ref: 2011; Ano: 2021; Estado de Conservação: Muito Bom; Preço: 250,00€

Balançé "Balancé - Toscca"; Ref: 2027; Ano: 2021; Estado de Conservação: Muito Bom; Preço 75,00€

Artigo 2º

Entidade Pública Contratante

1 – A Entidade Pública Contratante é a Freguesia de São Caetano, sita na Estrada Regional, 23, 9950-422 São Caetano MAD, com o número de telefone (+351) 292 699 112 e com o endereço de correio eletrónico geral@jf-saocaetano.pt.

2 – O órgão da Entidade Pública Contratante para a decisão de contratar é a Freguesia de São Caetano.

Artigo 3º

Publicitação da hasta pública

1 – A hasta pública para alienação dos bens em causa será precedida de edital publicado com, pelo menos, 10 dias úteis de antecedência, no site da autarquia e afixado nos lugares de estilo, nomeadamente no placar de avisos da Junta de Freguesia.

2 – Do edital referido no número anterior constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) A identificação do bem;
- b) O valor base de licitação;
- c) O local e a data limite para apresentação de propostas;
- d) O dia, hora e local de realização da praça.

Artigo 4º

Consulta de documentos

1- Desde a data de publicitação do edital respetivo até ao dia de realização da praça, todos os elementos do processo que se revelem necessários ao correto esclarecimento dos interessados, estarão patentes para consulta na sede da Junta de Freguesia de São Caetano, em suporte de papel, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente (terças-feiras e quintas-feiras das 20h00m às 21h00m), desde a data da primeira publicação do anúncio do procedimento até à data limite para a apresentação das propostas.

2- Os bens assinalados, podem ser verificados na sede da Junta de Freguesia de São Caetano.

3- É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das peças patenteadas com a verificação física dos bens.

Artigo 5º

Direção da hasta pública

A praça é dirigida por uma comissão, composta por três membros designados pela Junta de Freguesia, sendo Presidente a Presidente, Ana Isabel Rodrigues da Costa.

Artigo 6º

Concorrentes

Podem apresentar propostas todos os interessados, devendo reunir as seguintes condições:

a) Não se encontrar em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional];

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal

(ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

Artigo 7º

Contagem dos prazos

1 – Os prazos estabelecidos no presente programa do procedimento contam-se nos termos do artigo 87º do Código do Procedimento Administrativo, com exceção do disposto no número seguinte, e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88º do mesmo Código.

2 – Os prazos fixados para a apresentação de propostas, candidaturas ou soluções são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 8º

Proposta e documentos da proposta

1 – Os interessados deverão apresentar as respetivas propostas redigidas de acordo com o anexo II ao presente documento, com um valor para arrematação superior à base de licitação, em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e a hasta pública a que respeita, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao Presidente da Comissão e entregue na Junta de Freguesia de São Caetano, Estrada Regional, 23; 9950-422 São Caetano MAD.

2 – A proposta e todos os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3 – As propostas serão entregues até ao dia 24 de maio de 2022, durante o período normal de funcionamento dos serviços na Junta de Freguesia de São Caetano na morada indicada no número um do presente artigo, ou enviadas por correio, sob registo, sendo aceites desde que recebidas até à data limite acima referida.

4 – Se o envio das propostas for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verificarem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

Artigo 9º

Realização da hasta pública

A praça da hasta pública realizar-se-á no dia 26 de maio de 2022, pelas 20:30 horas, perante a comissão para esse fim designada, na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia de São Caetano.

Artigo 10º

Participação na hasta pública

1- Podem intervir na praça todos os interessados ou seus representantes devidamente identificados.

2- Só podem intervir no ato público os proponentes e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu cartão de cidadão, e no caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos cartões de cidadão e de uma credencial passada pela empresa em nome individual, sociedade ou agrupamento, da qual conste o nome e o número do cartão de cidadão dos representantes.

3- Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada da qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.

Artigo 11º

Requisitos do licitante

- 1 – Qualquer interessado que pretenda licitar em nome de outrem, deverá apresentar a respetiva procuração no início da praça.
- 2 – Se o licitante for uma pessoa coletiva, o respetivo representante terá de apresentar documento comprovativo da concessão de poderes para a arrematação do bem em causa.

Artigo 12º

Esclarecimentos

- 1 – Antes do início da hasta pública serão prestados todos os esclarecimentos sobre o seu objeto e procedimento.
- 2 – Iniciada a fase de licitação, não serão prestadas quaisquer explicações.

Artigo 13º

Praça

- 1 – A praça inicia-se com a leitura das condições gerais da utilização e da identificação do bem em hasta pública, seguindo-se a abertura das propostas recebidas, dentro do prazo, caso existam.
- 2 – A licitação efetua-se a partir da proposta de valor mais elevado no seu conjunto ou, se não existirem propostas ou não existirem propostas válidas, a partir do valor base de licitação anunciado no edital de publicitação, sendo o valor mínimo de cada lanço de 10€ (dez euros).
- 3 – O preço base dos bens em questão são os seguintes: Baloço com escorrega 250,00€, Balançé 75,00€.
- 4 – Considera-se que a licitação está terminada quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

Artigo 14º

Adjudicação e documentos de habilitação

Terminada a licitação, a comissão adjudica o bem a quem tenha oferecido o preço mais elevado, ao que se seguirá a notificação da adjudicação, ao adjudicatário e demais concorrentes, nos termos legais, solicitando-se ao adjudicatário para, em 5 dias, apresentar os documentos de habilitação constantes das alíneas b), d), e) e i) do art. 55º do Código dos Contratos Públicos e a declaração conforme anexo III ao Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro, a saber:

- a) Certidão de registo comercial, no caso de o adjudicatário ser pessoa coletiva;
- b) Documento comprovativo da situação tributária regularizada;
- c) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a situação relativamente às contribuições da Segurança Social;
- d) Certificado do registo criminal do próprio, no caso de se tratar de pessoa singular, ou certificados dos registos criminais da empresa e dos titulares dos órgãos sociais com funções executivas, no caso de pessoa coletiva;
- e) A minuta de Declaração conforme anexo III ao Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro, encontra-se patente no anexo III das presentes condições.

Artigo 15º

Auto de arrematação

No final da praça será elaborado o respetivo auto de arrematação que será assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

Artigo 16º

Não adjudicação

1 – O incumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações decorrentes das presentes Condições implica a caducidade da adjudicação, bem como a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o bem.

2 – Pode não haver lugar à adjudicação e a mesma pode ser revogada nos termos gerais de direito público, designadamente de acordo com o previsto nos artigos 79º e 80º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Em caso de anulação da adjudicação ou de não adjudicação por causa imputável aos interessados, pode o bem ser adjudicado ao interessado que tenha apresentado a proposta ou o lanço imediatamente inferior ao valor de arrematação.

Artigo 17º

Ajuste direto

Caso a hasta pública tenha ficado deserta ou quando não haja lugar à adjudicação por motivos não imputáveis à Junta de Freguesia, poderá este proceder à concessão do bem por ajuste direto.

Artigo 18º

Celebração do contrato

1 – O contrato decorrente do presente procedimento será celebrado em data a fixar pela Junta de Freguesia de São Caetano, no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da adjudicação, nas condições estipuladas no presente clausulado.

2 – A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

3 – No dia, hora e local fixados para celebração do contrato o adjudicatário far-se-á acompanhar do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte.

4 – Cabe ao adjudicatário suportar todos os impostos, taxas, emolumentos ou outros encargos devidos pela operação.

Artigo 19º

Pagamento da contrapartida

O pagamento do bem será efetuado aquando da assinatura do contrato.

Artigo 20º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo da área do contraente público, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 21.º

Adjudicação definitiva

Compete à Junta de Freguesia deliberar sobre a adjudicação dos bens em Reunião Ordinária, tornando-se esta definitiva.

Artigo 22.º

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, das presentes condições da Hasta Pública decorre para os concorrentes a obrigação de:

- a) O pagamento do valor adjudicado, é efetuado após a assinatura do contrato;
- b) O património móvel adquirido pelo adjudicatário, será entregue pelo município logo após o pagamento, sendo responsabilidade do adjudicatário retirá-lo das instalações onde os mesmos se encontram no prazo de 10 dias após a assinatura de contrato.
- c) São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário quaisquer danos causados em pessoas ou bens, aquando da retirada dos bens adjudicados do local onde se encontram, bem como, aquando do seu transporte para as instalações do adjudicatário e para o seu adequado destino final.
- d) O adjudicatário tem de suportar todas as despesas provenientes da remoção e transporte dos bens.

Artigo 23.º

Resolução por parte do contraente público. Incumprimentos

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante expulsão imediata do adjudicatário do recinto, não obstante a possibilidade de lhe serem aplicadas sanções acessórias, nomeadamente impedimento de participação em edições futuras.

São Caetano, 21 de abril de 2022

A Presidente,

(Ana Isabel Rodrigues da Costa)

ANEXO I
FOTOGRAFIAS DO PATRIMÓNIO MÓVEL



ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA

..... (indicar o nome do concorrente ou denominação social), com o número de identificação fiscal, e domicílio fiscal em, depois de ter tomado inteiro conhecimento dos termos do Edital e do Caderno de Hasta Pública referente à alienação de património móvel da Freguesia, declara que se obriga ao integral cumprimento dos seus clausulados e vem oferecer o preço seguinte: Baloíço com escorrega€ (em algarismos e por extenso), Balançé€ (em algarismos e por extenso)

Local, data.

Assinatura.

ANEXO III

Modelo de declaração [a que se refere o n.º 2 do artigo 40º do DLR nº 27/2015/A, de 29/12)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser

consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação. (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.